



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLIX - 101

SEXTA-FEIRA, 26 DE AGOSTO DE 1994

BRASÍLIA

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 - ATA DA 108ª SESSÃO, EM 25 DE AGOSTO DE 1994

1.1 - ABERTURA

1.2 - EXPEDIENTE

1.2.1 - Ofício

- Nº 361, de 1994, da Liderança do PMDB, de substituição de membro na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

1.2.2 - Comunicações da Presidência

- Recebimento da Mensagem nº 286, de 1994 (nº 674/94, na origem), de 24 do corrente, pela qual o Senhor Presidente da República, em aditamento à Mensagem nº 865/93, na origem, que deu origem ao Projeto de Decreto Legislativo nº 65, de 1994, reencaminha o texto da Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, concluída na Haia, em 29 de maio de 1993, devido ter sido constatadas imperfeições de ordem material detectadas na versão para o idioma português.

- Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 584, de 23 de agosto de 1994, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento de Investimento das Empresas Estatais, em favor das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A, crédito extraordinário no valor de R\$15.479.079,00, para os fins que especifica; designação de Comissão Mista e fixação de calendário para a tramitação da matéria.

1.2.3 - Discursos do Expediente

SENADOR **EDUARDO SUPLYCY** - Suscitando questão de ordem sobre qual o procedimento adequado para que os parlamentares possam oferecer emendas ao Edital de Privatização da Empresa Brasileira de Aeronáutica S. A. - EMBRAER, constante da Ordem do Dia da presente sessão.

SR. PRESIDENTE - Resposta ao Sr. Eduardo Suplicy.

SENADOR **EDUARDO SUPLYCY** - Apreensão em face da crescente expansão da base monetária e do ingresso de capital estrangeiro no País, conforme divulgado pela Imprensa.

SENADOR **NEY MARANHÃO**, como Líder - Homenagem póstuma ao jornalista esportivo Ivan Lima, falecido recentemente.

SENADOR **JOSAPHAT MARINHO** - Homenagem à memória de Octávio Mangabeira, a propósito do transcurso do seu 108º aniversário de nascimento.

SR. PRESIDENTE - Associando-se à homenagem tributada a Octávio Mangabeira pelo Sr. Josaphat Marinho.

SENADOR **JÚLIO CAMPOS** - Nota do Sindicato da Indústria da Fabricação do Alcool do Estado de Mato Grosso, sob o título "Luto, dor e protesto", responsabilizando a burocracia governamental pelo suicídio do empresário Serafim Adalberto Ticianelli.

1.2.4 - Requerimento

- Nº 658, de 1994, de autoria do Senador Ronaldo Aragão, solicitando que sejam considerados como ausência autorizada, os dias 1º, 4 a 7, 13, 19, 20 e 22 de julho do corrente ano. Votação adiada por falta de quorum.

1.2.5 - Comunicações da Presidência

- Dispensa da Ordem do Dia nos termos do art. 174, do Regimento Interno.

- Convoca sessão extraordinária a realizar-se segunda-feira, dia 29 de agosto, às 15 horas, com a Ordem do Dia que designa.

1.3 - ENCERRAMENTO

2 - CONSELHO DE SUPERVISÃO DO CEGRAF

Ato nº 4, de 1994

3 - MESA DIRETORA

4 - LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

5 - COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

TES

EXPEDIENTE

Centro Gráfico do Senado Federal

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

LUIZ AUGUSTO DA PAZ JÚNIOR

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral _____ R\$ 23,53

Tiragem: 1.200 exemplares

Ata da 108ª Sessão, em 25 de agosto de 1994

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

- EXTRAORDINÁRIA -

Presidência dos Srs.: Valmir Campelo e Jacques Silva

ÀS 15 HORAS ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Aureo Mello - Coutinho Jorge - Eduardo Suplicy - Gilberto Miranda - Guilherme Palmeira - Jacques Silva - João França - Josaphat Marinho - José Paulo Bisol - Júlio Campos - Magno Barcelar - Maurício Corrêa - Ney Maranhão - Reginaldo Duarte - Ronaldo Aragão - Ruy Barcelar - Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) - A lista de presença acusa o comparecimento de 17 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

Of. nº 361/94-GLPMDB

Brasília, 24 de agosto de 1994

Senhor Presidente

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de indicar o nome do Senador JACQUES SILVA para ocupar a vaga do PMDB na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decorrência da renúncia do Senador Iram Saraiva.

Cordialmente, Mauro Benevides, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) - O ofício lido vai à publicação.

A Presidência recebeu a Mensagem nº 286, de 1994 (nº 674/94, na origem), de 24 do corrente, através da qual o Senhor Presidente da República, em aditamento à Mensagem nº 865/93, na origem, que deu origem ao Projeto de Decreto Legislativo nº 65, de 1994, reencaminha o texto da Convenção relativa à proteção das crianças e a cooperação em matéria de adoção internacional concluída em Haia em 29 de maio de 1993, devido terem sido constatadas imperfeições de ordem material detectadas na versão para o idioma português.

A matéria será anexada ao processado do Projeto de Decreto Legislativo nº 65, de 1994, e despachada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) - O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 584, de 23 de agosto de 1994, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao orça-

mento de investimento das empresas estatais, em favor das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A, crédito extraordinário no valor de R\$15.479.079,00, para os fins que especifica.

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos do § 4º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PMDB
Coutinho Jorge	Flaviano Melo
Gilberto Miranda	Ronan Tito
	PFL
Guilherme Palmeira	Odacir Soares
	PPR
Carlos De'Carli	Jarbas Passarinho
	PSDB
Jutahy Magalhães	Maurício Corrêa
	PSB
José Paulo Bisol	
	PT
Eduardo Suplicy	

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	BLOCO
Jonas Pinheiro	Waldir Guerra
	PMDB
José A. Curvo	Gilvan Borges

PPR	
Gerson Peres	Pauderney Avelino
PSDB	
Paulino Cícero	Antônio Faleiros
PP	
Augustinho Freitas	Alberto Haddad
PDT	
Décio Knop	Sérgio Cury
PRN	
Euclydes Mello	Paulo Octávio

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 25-8-94 – Designação da Comissão Mista;

Dia 26-8-94 – Instalação da Comissão Mista;

Até 29-8-94 – Prazo para recebimento de emendas. Prazo para a Comissão Mista emitir parecer sobre a admissibilidade;

Até 7-9-94 – Prazo final da Comissão Mista;

Até 22-9-94 – Prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Há oradores inscritos.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Supply, para uma questão de ordem.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encontra-se na Ordem do Dia, como item 7, a apreciação do edital de privatização da Empresa Brasileira de Aeronáutica – EMBRAER, nos termos da Resolução nº 53, de 1994, do Senado Federal.

Já há conhecimento de parecer, formulado pelo Senador Ronan Tito, na condição de membro da Comissão de Assuntos Econômicos, no sentido de que o Senado aprove o edital de privatização da EMBRAER, encaminhado ao Senado pelo Presidente Itamar Franco.

A questão de ordem que formulo, Sr. Presidente, é se até terça ou quarta-feira, quando o Senado votará este item, haverá, por parte dos Srs. Senadores, alguma sugestão no sentido de como deveríamos proceder caso o Senado Federal deseje aprovar o edital; se os eventuais novos controladores da EMBRAER devem, por exemplo, preservar os empregos tão importantes para a comunidade de São José dos Campos e de todo o Vale do Paraíba por um período que o Senado venha a considerar razoável, digamos, de dois anos. Inclusive, considerando-se algumas flexibilidades no que diz respeito ao remanejamento de funcionários, uma vez que, durante a exposição que fez nesta Casa o Presidente da EMBRAER, Dr. Ozires Silva, na Comissão de Assuntos Econômicos, juntamente com o Ministro da Aeronáutica, Lélcio Lobo, S. S. disse que, em alguns dos setores administrativos da empresa, haveria um número excessivo de pessoas empregadas, enquanto que em outros não. Por exemplo: a linha de produção estaria com um número adequado de trabalhadores.

Vamos supor que, com certa flexibilidade, o Senado inserisse em sua resolução que aquele que porventura assumisse o controle acionário da EMBRAER deveria ter a preocupação de preservar o número de empregos, em primeiro lugar.

Em segundo lugar, poderia também o Senado colocar que, uma vez privatizada a EMBRAER – e até porque se vai considerar que os empregados terão uma participação acionária de pelo menos 10% – seja considerado, como item, que no Conselho de Administração ou na direção da EMBRAER deva haver uma representação dos empregados da empresa.

São sugestões, Sr. Presidente, que, ontem, foram aventadas por alguns dos Srs. Senadores. Talvez houvesse outras de natureza técnica, o que ainda poderia ser objeto de diálogo até a próxima terça-feira.

Além disso, dada à importância da decisão que o Senado vai tomar, considerando que a EMBRAER, hoje, está sob controle do Estado brasileiro e que, portanto, constitui patrimônio do povo brasileiro, seria muito importante que todos nós, Senadores, levássemos em conta esse aspecto. Afinal, vamos tomar uma decisão a respeito de se vender ou não aquilo que pertence ao povo brasileiro; e somos nós, Senadores, que estaremos decidindo a esse respeito.

Formulei, na tarde de hoje, uma sugestão à Prefeitura de São José dos Campos no seguinte sentido: Dado que os moradores de São José dos Campos são os que mais estão a par do assunto da EMBRAER, da sua repercussão, são os mais proximamente interessados, sugeri à Prefeita de São José dos Campos, Ângela Guadagnin, que, se possível, realizasse uma consulta ao povo daquela cidade na próxima segunda-feira. A pergunta deveria ser dirigida também aos familiares daqueles que direta ou indiretamente sabem da importância desse problema.

É inviável que se questione todo o povo brasileiro e parece-me viável que a Prefeitura de São José dos Campos possa realizar uma consulta sem ter o sentido de lei, pois não se trata de um plebiscito, mas de uma consulta informal, em que se solicita a colaboração da EMBRAER, dos seus interessados, da colaboração do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, do Sindicato dos Engenheiros e realizar uma pesquisa onde seria consultada a população, dizendo algo assim: "O Senado Federal tomará uma decisão muito importante nesta terça ou quarta-feira para a EMBRAER e com grande impacto sobre a vida de São José dos Campos e de toda a população. Em vista disso, a Prefeitura vem perguntar à população de São José dos Campos, primeiro: se é a favor ou contra que se privatize a EMBRAER; segundo: caso privatizada, se seria a favor ou contra que se colocasse um item: os novos controladores devem preservar com certa flexibilidade que iríamos aqui colocar – o nível de empregos; terceiro: que os novos controladores da empresa devem assegurar aos trabalhadores representação no Conselho de Administração".

Sr. Presidente, proposição desta ordem guarda relação com fatos que ocorrem em outros países. Por exemplo: na ex-Alemanha Oriental, por ocasião do processo de privatização, algumas exigências desse teor foram colocadas para os que estavam adquirindo o controle das novas empresas. A participação na direção das empresas é objeto de lei em toda a República Federal da Alemanha.

Sr. Presidente, a consulta que faço refere-se à maneira segundo a qual devemos proceder. Haverá prazos para emendas? Poderemos fazer sugestões nesse sentido ao Relator, Senador Ronan Tito? Qualquer de nós, Senadores, estaremos habilitados a propor, até terça-feira, sugestões? Essa é a questão de ordem que formulo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Esclarecendo a questão de ordem de V. Ex^a, nobre Senador Eduardo Supply, a Presidência informa, em primeiro lugar, que o edital não é proposição legislativa. Assim sendo, o Relator apresentará o parecer, concluindo por um projeto de resolução. Desde que seja pertinente à matéria, V. Ex^a poderá apresentar emenda e encaminhá-la à

Mesa, de acordo com o art. 230, alínea a, do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Isso poderá ser feito até terça-feira?

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Sim, até terça-feira V. Ex^a poderá encaminhar à Mesa a emenda, após o parecer, desde que a matéria seja pertinente.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Agradeço a informação prestada pela Mesa, que é de grande relevância. Dessa forma, nós, Senadores, poderemos pensar até terça-feira próxima.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Diz o art. 230 do Regimento Interno do Senado Federal:

Art. 230 – Não se admitirá emenda:

a) sem relação com a matéria da disposição que se pretenda emendar;

Portanto, se a emenda for pertinente à matéria, V. Ex^a poderá encaminhá-la – repito – depois de apresentado o parecer, que concluirá por um projeto de resolução.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Supply, primeiro orador inscrito.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, segundo noticiário da imprensa, o Governo autorizou ontem nova emissão de reais em função de ter sido atingido o teto de 7,5 bilhões definido mediante medida provisória como meta para base monetária até 30 de setembro. A mesma medida provisória dispôs que se poderia superar essa cifra em até 20%, expediente do qual o Governo agora se utiliza.

O fato de a meta ter sido atingida em prazo tão breve foi de diversas maneiras interpretado tanto pelos agentes econômicos, quanto pela sociedade. É importante que reflitamos sobre o seu significado. Não considero que tenha havido erro por parte da equipe econômica na definição da base monetária. Aliás, quando o Diretor da Área Externa do Banco Central, Gustavo Franco, o Presidente, Pedro Malan, e o Ministro Rubens Ricupero estiveram nesta Casa, manifestei minha opinião de que o primeiro valor sugerido, sem a flexibilidade dos 20%, poderia ser extremamente restritivo. Por que razão? Porque nas economias estáveis, a base monetária representa de 6 a 8% do PIB, enquanto que a base estabelecida na medida provisória representa apenas 2,2% do Produto Interno Bruto brasileiro.

Várias considerações devem ser feitas em relação à velocidade de monetização, ao grau de retenção de ativos financeiros, aos fluxos externos e ao comportamento da sociedade quanto às suas preferências de liquidez.

Já naquela oportunidade, ressalvei que era grande a dificuldade de se definir um valor, razão pela qual eu considerava oportuno a introdução de um grau de flexibilidade caso o valor fosse menor do que o necessário para a manutenção das atividades econômicas.

Concordo, em um aspecto, com o comentário do ex-Presidente do Banco Central Affonso Celso Pastore. Segundo ele, ninguém, em sã consciência, saberia definir qual seria a demanda por moeda. "Se não há emissão para comprar dólares ou para financiar déficit público, não vejo problemas" – disse Augusto Savasini à *Gazeta Mercantil* de hoje.

Ora, quanto às interpretações que têm sido veiculadas, vale ressaltar que o Ministro Rubens Ricupero mostra-se muito otimista, atribuindo apoio ao Plano as razões para a velocidade de expansão da base monetária.

Em relação a esse ponto é preciso prudência. É importante que o Ministro esteja otimista com o Plano, mas o fato, em si,

pode ter razões de cunho menos subjetivo. A primeira delas pode ser a simples subavaliação feita pela equipe econômica, mas pode haver outras. O otimismo alegado pelo Ministro da Fazenda teria se refletido no aumento do consumo verificado recentemente e no movimento de entrada de capitais externos no Mercado Financeiro e de Capitais. Vamos analisar cada um desses temas.

Quanto ao aumento de consumo, tal comportamento já foi verificado em outros planos de estabilização, principalmente durante o Plano Cruzado, juntamente com o processo de monetização.

Com relação àquele Plano, existe uma diferença: enquanto, naquela oportunidade, houve preocupação com a situação de miséria e precariedade da população de mais baixa renda – aumentou-se em 15%, logo de início, o valor do salário mínimo e 8% nos salários em geral –, neste o efeito positivo da estabilização para as rendas da população foi eliminado pelo aumento de preço ocorrido nas vésperas da introdução da nova moeda, fenômeno registrado inclusive pelo Ministro Rubens Ricupero. Mas restou a possibilidade de contrair crédito com valores de parcelas fixas, o que, para a população que não contava com a proteção da indexação da sua renda no mercado financeiro, já se constitui um atrativo para o consumo. Tanto é assim que o aumento das vendas se tem dado sobretudo nas vendas a crédito.

Será que esse comportamento significa, de fato, um otimismo por parte da população? Será que toda a população brasileira é tão otimista, tão eufórica?

Gostaria de ressaltar que não existe base, de fato, para essa interpretação. Quem assim achar, pode acabar caindo do cavalo. O que está acontecendo pode estar mais ligado à iniciativa das pessoas em aproveitar uma oportunidade que pode não se repetir no futuro. É normal que os consumidores se comportem dessa maneira, e isso não tem nada a ver propriamente com otimismo. Já passamos por situações onde, quando mais aumentava a sensação de que o plano não se sustentaria, maior era a procura por todos os gêneros de consumo, como na etapa final do Cruzado. Portanto, é preciso que esse fenômeno seja levado em conta.

Quanto ao ingresso de capitais externos, principalmente nas bolsas de valores, como tem acontecido, pode representar um otimismo por parte desses investidores, mas nada tem a ver com a expansão da base monetária por uma razão muito simples – o Banco Central não está intervindo no mercado cambial, nem comprando nem vendendo dólares. Isto significa que os dólares têm sido absorvidos pelo mercado, não se alterando a quantidade de reais em circulação. Ademais, esta entrada de capitais e o saldo comercial foram praticamente compensados pela remessa de dividendos e pagamento de juros da dívida externa, resultando em um fluxo externo, em termos líquidos, próximo de zero nos primeiros 16 dias de agosto.

Ao invés de otimismo, a política cambial tem causado apreensão. A sobre-valorização do real frente ao dólar traz preocupações quanto às diretrizes que têm sido dadas pela equipe econômica. Os reflexos do câmbio no saldo comercial não foram totalmente sentidos devido à antecipação de operações de exportação havida em junho, mas alguns sinais já se pode vislumbrar, como o aumento das importações e a redução do saldo comercial, que tem se mantido ainda positivo, mas não se sabe por quanto tempo. A equipe econômica tem que deixar mais claro para a sociedade qual o caminho que pretende trilhar. Se considerarmos como intenção desta equipe a manutenção dessas diretrizes como um horizonte de longo prazo, é preciso se discutir se a sociedade deseja uma alteração estrutural que levará o país de exportadores de produtos para importadores de capitais, e em que grau o capital importado se materializa em investimentos diretos, que geram renda, produção e

emprego, ou são destinados a atividades menos nobres.

O que se sabe, principalmente até o presente instante, é que esse ingresso de capitais é sobretudo de natureza de curto prazo, de natureza especulativa e não, por enquanto, em larga escala, ingressos de capitais que significam aumento significativo de investimento no sentido macroeconômico, investimento em termos de compra ou de expansão de máquinas, equipamentos e instalações de atividades produtivas, gerando empregos.

Podemos buscar exemplos nos nossos vizinhos, mais próximos ou mais distantes. A economia Argentina, por exemplo, registrou um déficit comercial no primeiro bimestre deste ano 799% mais elevado que o registrado no mesmo período do ano passado, o que tem gerado uma crise de desemprego de difícil solução. Outro exemplo é o México, que registrou um déficit comercial de US\$ 13 bilhões no ano passado, pouco menor que o déficit de US\$ 15 bilhões ocorrido em 1992. As consequências foram sentidas nos protestos recentes havidos em Chiapas.

Reitero, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a minha estranheza pelo fato de o Ministro Rubens Ricupero continuar dizendo que a questão da distribuição da renda não é para ser resolvida agora. Será que o Presidente Itamar Franco vai concluir o seu governo com essa consideração do Ministro? Que a distribuição da renda é algo para ser tratado mais tarde? Será que o Presidente Itamar Franco não vai criar um instrumento de profundidade que signifique real melhoria da distribuição da renda? Será que vai simplesmente aceitar os argumentos da equipe, antes do Ministro Fernando Henrique Cardoso, hoje do Ministro Rubens Ricupero, de que acabando-se com a inflação já se estará fazendo o suficiente, na medida em que a inflação constitui um fenômeno concentrador de renda e de riqueza, e que poder-se-á deixar para mais tarde a questão do combate à fome e à miséria, com instrumentos de política econômica para valer, além daqueles que têm sido objeto do esforço do Conselho de Segurança Alimentar, coordenado por D. Mauro Morelli e com a participação efetiva de Herbert de Souza, especificamente como Secretário Executivo da Ação da Cidadania contra a fome e a miséria e pela vida?

O Sr. Josaphat Marinho – Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. EDUARDO SUPPLY – Concedo o aparte ao Senador Josaphat Marinho com muito prazer.

O Sr. Josaphat Marinho – Nobre Senador Eduardo Supply, quero apenas fazer uma observação à margem do que vem sustentando. Seja qual for a natureza ou a finalidade do capital estrangeiro que agora ingressa no País e é tão largamente noticiado, o fato prova a improcedência das alegações tão grandemente feitas, durante a Revisão Constitucional, de que a Carta de 1988 impedia a entrada do capital alienígena. O fato é bem próprio para contestar os revisionistas de ontem.

O SR. EDUARDO SUPPLY – É importante a observação de V. Ex.^a, Senador Josaphat Marinho, porque no final do ano passado e no primeiro semestre deste, quando ainda estávamos em meio à Revisão Constitucional, alguns diziam que não mais entraria o capital estrangeiro. E eis que agora se nota que a Bolsa bate recordes em ingresso de capital estrangeiro.

Mas é preciso qualificar bem que tipo de capital estrangeiro está ingressando. Se é ainda, e em grande escala, o capital estrangeiro que vem para investimentos de curtíssimo e médio prazos – porque a taxa de retorno no Brasil, e sobretudo estampado por taxas de juros muito altas, decorrentes do que são oferecidas pelos títulos governamentais brasileiros – é até natural que entre este capital de natureza especulativa, que de alguma forma irriga um pouco a economia. Pode até criar esse clima de certa euforia na Bolsa de Valores, entretanto, isso ainda não está transformado em investimentos de larga escala nos setores produtivos para valer.

Acredito que essas condições poderão se delinear sem que haja necessariamente a transformação daqueles itens que foram tão mencionados ao tempo da Revisão Constitucional. Quando houver estabilidade na economia, com razões de profundidade para nela se acreditar, quando houver um controle das finanças de maneira que qualquer déficit seja financiado por formas claramente controladas e não inflacionárias, quando se souber com clareza que o conteúdo dos gastos públicos constitui algo previamente discutido e aprovado pela sociedade e pelo Congresso Nacional, quando se souber que os recursos que o governo arrecada, sob a forma de impostos e taxas, estão sendo bem aplicados, quando se tomarem medidas que garantam à maioria do povo brasileiro condições dignas de sobrevivência, estaremos dando passos efetivos no sentido de propiciar condições para um maior ingresso de investimentos estrangeiros produtivos.

Sr. Presidente, gostaria de concluir chamando a atenção de V. Ex.^a para um fato que parece não se terem dado conta as autoridades brasileiras. Hoje irei apenas introduzir o assunto para, provavelmente, na semana que vem, voltar a ele com maior profundidade.

O Ministro Rubens Ricupero e as autoridades econômicas estão considerando aumentar os diversos tipos de incentivos fiscais e creditícios às exportações, em vista exatamente do problema cambial que poderá decorrer daqui até o fim do ano, em função da taxa de câmbio atual, que o Governo não quer seja tão significativamente alterada – pelo menos, até o primeiro e o segundo turno das eleições; depois, não se pode saber o que acontecerá. O Governo quer, no curtíssimo prazo, aumentar a isenção para as exportações, inclusive também atuando junto aos governos estaduais, no sentido de solicitar que se isente o ICMS para diversas exportações. Essa terá que ser uma decisão do CONFAZ, o Conselho formado por Secretários de Fazenda dos estados, e não é tarefa tão fácil de ser realizada em curtíssimo prazo, ainda que o Ministro da Fazenda se empenhe nessa direção.

Sr. Presidente, ainda hoje conversei com o nosso Embaixador em Londres, Rubens Barbosa, que foi um dos representantes do Brasil na ALAD, responsável pela questão do MERCOSUL, e transmiti a S. Ex.^a uma reflexão: parece que até hoje o Governo brasileiro não se deu conta de que nos países industrializados, desenvolvidos, existe um tipo de subsídio de grande significado, colocado nas mãos dos trabalhadores.

Quando relatei o fato ao Embaixador e atual Ministro Rubens Ricupero, S. Ex.^a disse-me inclusive que estava recebendo uma informação nova. Por exemplo, não sei se todos os Srs. Senadores têm consciência de que um trabalhador nos Estados Unidos que recebe o salário mínimo de 4.25 dólares por hora, que trabalha 50 ou 52 semanas por ano, recebendo, ao longo do ano, de 8.000 a 8.500 dólares de remuneração, no caso de ter uma família, mulher e dois filhos, tem o direito de receber mais 40%, cerca de 3.200 dólares. Isto é o que lá se denomina *earned income tax credit*, crédito fiscal por remuneração recebida, que vai sendo, gradativamente, diminuído. Dessa forma, existe um subsídio colocado diretamente para os trabalhadores que recebem na faixa do salário mínimo ou pouco mais. Na Europa existem outros mecanismos, os quais irei comentar oportunamente.

Em nosso País, parece-me que sempre está se pretendendo criar mais subsídios, mais créditos subsidiados, mais incentivos fiscais, diretamente para as mãos dos donos do capital. Agora, mais uma vez, este será o passo. No Brasil não se tem consciência de que os países industrializados de hoje têm como objetivo garantir que toda pessoa que trabalhe tenha um mínimo de renda, o que é feito mediante uma forma de crédito fiscal.

Parece-me que as pessoas em nosso País, como o Ministro

Rubens Ricupero, disse não têm conhecimento, e é preciso que o tenham.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Valmir Campelo deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jacques Silva.

O SR. NEY MARANHÃO – Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder, para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Jacques Silva) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. NEY MARANHÃO (PRN – PE. Como Líder. Para uma breve comunicação.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, hoje, com tristeza, ocupo a tribuna do Senado Federal para dizer à Nação que o Jornalista IVAN LIMA faleceu no último dia 14, vítima de ataque fulminante do coração.

Ivan Lima, baiano de nascimento, mas pernambucano de coração desempenhou, com competência, diversas atividades ligadas ao rádio e ao jornalismo:

Nasceu em 4 de fevereiro de 1933, na cidade de Conceição de Almeida – BA.

Foi animador de auditório na Rádio Nordeste, em Natal – RN. Veio para a Rádio Olinda – PE. Em seguida, foi trabalhar em Fortaleza, na Rádio Dragão do Mar, onde foi primeiro lugar de audiência. Em janeiro de 1965, veio para a Rádio Clube, onde criou o Escreto de Ouro, ao lado de José Santana, João Batista e outros nomes que fizeram a PA-8 líder de audiência.

1966 – Copa da Inglaterra.

1967 – Náutico na decisão.

1968 – Náutico na Libertadores

1970 – Copa do México (Superintendente).

1974 – Copa da Alemanha (José Santana e Pedro Silva pela

Rede Tupy).

1975 – Copa América

1976/77/78/79/80 – Gandula de Ouro/Gandulão de Ouro.

1970/1976 – Presidente da Federação Pernambucana de Voleibol – Sete vezes Campeão Brasileiro.

1978 – Em março, foi para a Rádio Jornal.

1978 – Copa da Argentina

1980 – Deu entrada no Rotary Clube Treze de Maio

1981 – França

1982 – Copa da Espanha – Luís Cavalcanti

1983 – Foi para a Rádio Globo

1982 – Voltou para a Rádio Jornal.

Novembro de 1985 – Foi para a Rádio Tamandaré.

1986 – Copa do México

1988 – Voltou para a Rádio Jornal.

1989 – Copa América

1990 – Foi eleito para o Ano Rotário 13 de Maio, de 90/91.

16 de junho de 1991 – Voltou ao Rádio.

1991 – Eleito Presidente da Sociedade Pernambucana de Criadores de Cães Pastores Alemães.

1º de maio de 1992 – Rádio 103 FM.

1993 – Reeito Presidente da Sociedade Pernambucana de Criadores de Cães Pastores Alemães.

5 de maio de 1993 – Assume a Rádio 103 FM

1994 – Copa do Mundo do Tetra

10-8-94 – Santa Cruz 0 x 0 Americano – última jornada.

Como se observa, além da mãe e da família, Ivan Lima tinha duas paixões.

A primeira delas o consagrou como o melhor locutor esportivo das regiões norte/nordeste.

Dono de uma voz inconfundível, ele era a alegria do povo

do meu Estado nas transmissões dos clássicos envolvendo Esporte, Náutico e Santa Cruz ou das rodadas do campeonato brasileiro, sem se falar das famosas jornadas da Seleção Canarinho que Ivan Lima tão bem soube cobrir e levar aos seus ouvintes com entusiasmo, amor e muita competência. Nesse particular tive a felicidade de testemunhar o trabalho e o carinho do público para com esse competente jornalista quando da cobertura da partida Brasil e Bolívia, pelas eliminatórias da última Copa do Mundo. Nessa oportunidade, quando poucos acreditavam na Seleção de Parreira, Ivan Lima conclamou os pernambucanos a apoiarem a seleção e foi atendido. Por isso, a seleção tetracampeã fez questão de agradecer em primeiro lugar aos pernambucanos. Isso muito se deveu ao meu amigo Ivan Lima.

A segunda paixão de Ivan Lima o levou à Presidência da Sociedade Pernambucana de Criadores de Cães Pastores Alemães.

Ivan Lima era um homem simples e de coração generoso. Leal e amigo de seus amigos.

A sua paixão pelo "melhor amigo do homem", talvez, representasse mera extensão de um caráter alegre e fiel, que ambos, cão e IVAN, eram possuidores.

Assim foi a vida de Ivan Lima voltada para o trabalho, para a família e para os amigos.

Portanto, nessa hora de saudades, apresento as minhas condolências à família enlutada e as minhas renovadas homenagens ao amigo que se foi, externando, também, em nome da Sociedade Brasileira Cães Pastores Alemães e dos Sindicatos dos Radialistas, o grande pesar pelo infausto desaparecimento de Ivan Lima.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Jacques Silva) – Concedo a palavra ao mestre Josaphat Marinho, ilustre Senador pelo Estado da Bahia.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, esta, provavelmente, é a última sessão plenária da semana em curso. Ocorre que a data de 27 assinala o nascimento, em 1886, de Otávio Mangabeira, que se tornou uma das figuras preeminentes da política na República. De Vereador, ou Conselheiro Municipal, como então se chamava o cargo, aos 22 anos de idade, a Deputado Federal, a Ministro de Estado, a Governador e a Senador, exerceu com inextinguível brilho e dignidade todos os cargos.

Do exercício dos mandatos eletivos passou, a partir de 1930, ao exercício de outro mandato, que considerava, talvez, o mais dignificante de sua vida pública: o mandato do ostracismo. É que, com a vitória da Revolução de 30, foi deposto o governo de Washington Luís, do qual o eminente baiano era Ministro das Relações Exteriores. Caindo com o Presidente a que serviu, passou, a partir da posse de Getúlio Vargas no cargo de Chefe do Governo Provisório, a sofrer uma perseguição implacável.

Logo após a vitória da Revolução, foi preso; dias depois, sem que se lhe perguntasse se dispunha de recursos para permanecer no estrangeiro, foi exilado. Permaneceu no exílio do fim de 1930 a agosto de 1934.

De retorno ao País, foi eleito Deputado Federal. Encontrava-se no exercício do mandato, quando sobreveio o golpe de 1937, pelo qual o Chefe do Governo fechou as duas Casas do Congresso, a Câmara dos Deputados e esta, cercando-as, nem ao menos com as forças do Exército, mas com a tropa da Polícia do Distrito Federal no Rio de Janeiro.

Além de perder o mandato, foi de novo preso por longos meses, sem que nenhuma autoridade lhe dissesse as razões de sua detenção. Posto em liberdade, no Rio de Janeiro, pouco depois, o Governo lhe dava uma agradável prisão disfarçada: a de residir na Bahia, sua terra natal. Ali estava quando, em 1938, recebeu a ordem, por intermédio da Polícia do Estado e emitida pelo então

Chefe de Polícia do Distrito Federal, Filinto Müller, de que deveria embarcar para o estrangeiro no primeiro navio que passasse por Salvador, tendo como alternativa a de ser recolhido preso a Fernando de Noronha. Embarcou para o estrangeiro e só poderia ser para a Europa, não poderia ser para nenhum país da América, nem para os Estados Unidos.

Encontrava-se na Europa quando sobreveio a guerra. O Governo brasileiro não lhe deu oportunidade, nem nessas circunstâncias, de voltar ao seu País. Ali permanecia quando a França caiu ao tropel das forças nazistas. Foi obrigado a sair às pressas de Biarritz para a Espanha, da Espanha para Portugal, tendo em vista alcançar os Estados Unidos. Em Portugal somente pôde embarcar para os Estados Unidos pela grandeza de caráter do embaixador brasileiro. Eram outras as ordens do Governo brasileiro. Eram de novo ordens no sentido de que não se lhe permitisse viajar para nenhum país da América.

Graças à dignidade do embaixador brasileiro, viajou para os Estados Unidos. Ali residiu até 1945. É por isso que Oswaldo Trigueiro, no seu livro *A política do meu tempo*, traçando-lhe o perfil, asseverou:

"Em resumo, militou na política, sem solução de continuidade, durante cinquenta e três anos: quatro como Conselheiro Municipal, vinte e três como Deputado, quatro como Ministro, quatro sem mandato, doze entre a prisão e o exílio.

E acrescentou:

O Estado Novo levou-o primeiro à prisão, depois à residência forçada e ao exílio, que se prolongou até 1945. Numa e noutra comportou-se como o mais resolutivo, o mais persistente e o mais temível adversário do getulismo."

E o escritor ilustre revela fato de pouco ou quase nenhum conhecimento da sociedade brasileira. Assim:

Logo que ali chegou, (isto é, aos Estados Unidos) empregou-se como redator ostensivo do *Reader's Digest*, que começava a ser editado em português. Mas o governo brasileiro — que não lhe perdoava a incessante oposição — interveio diplomaticamente junto ao governo americano para impedir que o seu vigoroso adversário permanecesse naquele emprego.

A generosidade que não teve o Governo brasileiro, revelou-a o empresário americano: permitiu que um amigo de Otávio Mangabeira figurasse como a pessoa que prestava os serviços, que na verdade continuavam por ele prestados, e lhe transmitisse o salário recebido.

Não obstante o Governo pretender tirar-lhe o próprio salário de subsistência, não se rendeu. Permaneceu nos Estados Unidos trabalhando e só retornou ao Brasil em 1945, protegido por ordem de *habeas-corpus* do Supremo Tribunal Federal.

De retorno ao País, chefiou, como se sabe, o partido de oposição recém-criado, a UDN. E a Nação lhe reconhece a qualidade de ter sido uma das figuras principais na elaboração da Constituição de 1946.

De Deputado, passou ao exercício do cargo de Governador da Bahia, eleito em nome da conciliação entre a UDN e o PSD, e que exerceu com o mais absoluto respeito a todos os partidos, mas, sobretudo, com o mais rigoroso pudor de governante, com relação ao homem do povo.

Não vou repetir o que fez no Governo, o que nele desenvolveu, mas salientar o espírito democrático e de humanidade com que desempenhou o mandato Executivo. Basta que se assinala

que, uma vez a cada semana, despachava diretamente no Hospital Santa Terezinha, destinado aos tuberculosos. É o bastante que se saliente que por iniciativa própria e inesperadamente visitava as Delegacias de Polícia à noite, e mandava que se soltassem quantos ali estivessem irregularmente recolhidos, ou apenas aguardando a presença da autoridade, que só deveria aparecer no dia seguinte.

Pela forma com que governou, ao deixar o exercício do cargo, recebeu uma homenagem singular do Sindicato dos Estivadores, e o orador que o saudou enalteceu precisamente a qualidade excepcional com que dirigiu o destino dos baianos. Disse-lhe o operário: — "Dr. Otávio Mangabeira, o senhor governou a Bahia com muita delicadeza".

É que não perseguiu, não considerou sequer que na Assembleia havia Deputados do Governo e Deputados da Oposição, todos freqüentavam o Palácio, todos eram recebidos como representantes do povo.

Quando deixou o Governo, ao invés de assinalar as grandes obras que realizou, o que mais salientou foi a magnanimidade com que o povo o tratou. Era, por excelência, o democrata. Embora tendo sofrido, e sofrido largamente, os horrores da perseguição política do Chefe do Estado Novo e antes do Chefe do Governo Provisório, que ainda nesta semana foi tão enaltecido, inclusive nesta Casa.

Otávio Mangabeira, apesar de tanto ter sofrido, não perdeu o espírito de fidelidade às liberdades individuais e às liberdades públicas. Permaneceu absolutamente fiel ao exercício da prática do governo na democracia.

O Sr. Ney Maranhão — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Ney Maranhão — Senador Josaphat Marinho, esta Casa está ouvindo o pronunciamento de V. Ex^a com atenção. Orgulhamo-nos desse líder, principalmente o povo baiano. Tive o privilégio de ser colega de S. Ex^a na Câmara dos Deputados, no Palácio Tiradentes. O respeito, a admiração por este grande homem público, Otávio Mangabeira, deve-se à coerência, coerência, Senador, que está faltando a uma grande parte de nossa classe política. Exemplo de homem simples que acredita no que defende, acreditou naquilo que defendeu. Em seu discurso, V. Ex^a nos relata que, estando no poder, foi lá para baixo, para o poço, foi perseguido, vilipendiado, massacrado até no ganha-pão, mas não se curvou, e a Nação observou isso. Digo a V. Ex^a que no Palácio Tiradentes — naquela época contávamos com 222, 225 Deputados —, a Casa só ficava cheia para ouvir um homem. Quando diziam que o Deputado Otávio Mangabeira iria ocupar a tribuna no Palácio Tiradentes, o plenário se enchia. Dedicávamos tamanho respeito a esse líder que se um papel caísse todos ouviriam. V. Ex^a narra a vida desse grande brasileiro baiano, fico emocionado, porque estou ouvindo um retrospecto de um homem de sua Terra que, por pouco tempo, tive o prazer, a honra e o orgulho de com ele conviver. Sou uma testemunha viva do que foi Otávio Mangabeira, do respeito e da admiração que o Palácio Tiradentes lhe dedicava quando ocupava a tribuna. É um orgulho para o Brasil e para a sua Bahia. Muito obrigado.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Pelos fatos a quais há pouco me referi, Sr. Presidente, e que acabam de tomar relevo com o testemunho pessoal, sobre eles, do nobre Senador Ney Maranhão, é que Otávio Mangabeira conquistou o respeito de toda a Nação.

Chegou ao fim da carreira política sem nenhum posto de relevo nos partidos. Ele mesmo disse, em 1955, na crise da qual resultou a deposição dos presidentes Café Filho e Carlos Luz, ao acentuar que ocupava a tribuna, naquele instante, por um ato de

deferência do Presidente, acima do Regimento, e pela honrosa atenção dos seus colegas.

Por isso Oswaldo Trigueiro, a quem já me referi, também assinalou: "Nessa personalidade sobressaíam, como traços distintivos, o destemor, a combatividade e a coerência, em grau que não é freqüente na vida política, tão sujeita a mutações ilógicas ou imprevistas."

O Sr. Maurício Corrêa – Permite V. Exª um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO – Pois não.

O Sr. Maurício Corrêa – V. Exª erige uma peça da maior grandeza e do mais alto sentido, na tarde de hoje, ao evocar essa figura transcendental da vida pública brasileira, que é Otávio Mangabeira. Fico a pensar se V. Exª não se filia, na Bahia e no Brasil, à corrente dos ensinamentos e do exemplo do passado de Otávio Mangabeira. Constatamos que não erro pensando assim, pois sei do seu carinho, da sua dedicação, do seu amor à memória deste grande brasileiro. A Bahia, de notável berço, produziu figuras inextinguíveis no cenário político brasileiro. Para citar apenas alguns, o condoreiro Castro Alves, que, jovem, escreveu peças poéticas do maior valor cívico e do maior conteúdo rítmico, métrico, de que ele era mestre. Produziu Nabuco, que os pernambucanos acabaram por abraçar, mas que tem origens na Bahia. Produziu Rui Barbosa, cuja obra, cujo prestígio, cuja cultura jurídica todos nós conhecemos. E esse notável Otávio Mangabeira. Estabeleço um paralelo entre V. Exª e Otávio Mangabeira, pela maneira como V. Exª age, pela maneira como V. Exª se porta como parlamentar, pelos seus gestos, pelos seus conhecimentos, pelo seu amor à causa pública brasileira, pela sua preocupação com os nossos problemas. Otávio Mangabeira honra o passado político brasileiro. O Senador Ney Maranhão foi de extrema felicidade ao estabelecer aqui essa lembrança que nos inspira o saudosismo dos políticos do passado. Não que os políticos de hoje sejam ultrapassados, mas a evolução da cibernética, os meios de comunicação, os meios de entretenimento prendem as pessoas a outras atividades. Mas, naquele momento da vida áurea de Otávio Mangabeira, nós sabemos que o Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro, era freqüentado para ouvi-lo. Eu me associo à homenagem que V. Exª presta a essa extraordinária figura, exemplo de homem público no Brasil. Exemplos que precisam ser repetidos nessa quadra em que vivemos, homens como Rui Barbosa, como Joaquim Nabuco, como Otávio Mangabeira, e se me permite, sem nenhuma pretensão de querer confeitá-lo, Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO – Agradeço-lhe o aparte, nobre Senador Maurício Corrêa, quer no que concerne à Bahia, quer no que particularmente me diz respeito, diante de suas generosas expressões. Reconheço que V. Exª foi altamente feliz nas referências dirigidas a Otávio Mangabeira. Ele não chegou a vir a Brasília – exercia o cargo de Senador quando houve a mudança da Capital –, porque sabia que não podia vir. E talvez porque não pretendesse vir, praticou mais um dos atos corretos de sua vida pública: recusou a ajuda de custo paga para efeito de transferência aos que viessem para o novo Distrito Federal. Desde então o coração, que já o abalava há tempos, agravou-lhe a saúde.

Faleceu a 29 de novembro de 1960. Não deixou bens materiais. Legou à família e ao País a fortuna moral de uma vida dedicada ao serviço do povo e à defesa das liberdades individuais e públicas. Esse foi o grande legado que deixou.

O SR. PRESIDENTE (Jacques Silva) – A Presidência se associa ao Senador Josaphat Marinho nas justas homenagens que presta ao grande baiano Otávio Mangabeira.

Concedo a palavra ao nobre Senador Júlio Campos.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs.

Senadores, ontem, os grandes jornais do País divulgaram um documento do Sindicato da Indústria da Fabricação do Alcool do Estado de Mato Grosso, com o título "Luto, Dor e Protesto":

Os agricultores, os empresários da agroindústria e do setor produtivo em geral de Mato Grosso estão de luto, pelo passamento precoce de Serafim Adalberto Ticianelli.

Serafim foi um bravo, um gigante e verdadeiro herói que encarou sem medo as adversidades de um Estado emergente. Ele desafiou o cerrado, a mata bruta, a floresta fechada, plantou e colheu alimentos, riquezas e progresso. Morreu na plenitude da sua capacidade produtiva, após a renitência de um insignificante burocrata qualquer em apreciar os seus apelos e argumentos.

Com o seu trabalho, personalidade forte e grande capacidade de liderança, realizou com engenho e arte duas grandes usinas e destilarias de álcool, uma em Mato Grosso e outra no Maranhão, onde também cultivava dezesseis mil hectares de soja, milho, cana e arroz. Criou empregos e salários para milhares de trabalhadores. Desbravou e cultivou outras dezenas de milhares de hectares e gerou progresso e riquezas com a produção de alimentos, e morreu, aos 45 anos, vítima da estultícia de uma política agrícola cruel e ceifadora.

A morte de Serafim, tal qual indução passiva ao suicídio, ocorre após árdua e humilhante peregrinação por todos os escalões de quem cuida da política agrícola neste País! Humilhou-se diuturnamente, como os seus pares, diante de técnicos insensíveis e apegados às suas normas estapafúrdias e irreais, dos burocratas de terno e gravata, dos políticos ocasionais e de tantos quantos comandam a política financeira. Sucumbiu qual mártir, desiludido, cansado, infeliz...

Deixa mulher e filhos menores, milhares de funcionários e servidores, amigos muitos, companheiros e admiradores. Os que ficaram empunham, simbolicamente, a sua bandeira, a sua luta e partem para denunciar a estupidez da política agrícola – ou falta dela – que tanto desestimula o setor produtivo.

Serafim partiu e deixou a dor da sua ausência, da sua luta, do seu trabalho e exemplo. Exemplo de luta contra a escorchante política de juros, a imposição da TR e a submissão do setor agroindustrial às estúpidas normas elaboradas nos gabinetes refrigerados de Brasília.

Qualquer daqueles técnicos do Governo, do ministro ao barnabé, conhece, na verdade, o que é a doma e o amanho de um palmo de terra no cerrado ou na floresta, o que representa tratá-lo, cultivá-lo, corrigir a sua acidez, adubá-lo, plantar, aplicar os defensivos e torcer para as chuvas e soja nas horas e quantidades certas, colher, armazenar, beneficiar e comercializar.

Tudo isso gerando empregos. Milhares, milhões, todas as safras todos os anos. Isso é desenvolvimento. Isso é progresso.

Serafim sabia. E bem. Além disso tudo, morejava paciente, diligentemente, junto dos tecnocratas, dos políticos e dos bancos para não interromper o ciclo de produção, não atrasar os salários dos trabalhadores rurais e da agroindústria.

O empresário do setor agroindustrial, como Serafim, está sendo vítima indefesa da insensatez no país que

tem a mais formidável capacidade de produzir alimentos do "celeiro do mundo", simplesmente vítima das constantes mudanças das regras de produção rural, da impunidade e dos desperdícios que a grande imprensa estampa, quando milhares de toneladas de alimentos são perdidas nos armazéns e estocagens pelos mais extravagantes motivos e é vítima dos atropelos do cotidiano, da insegurança, da instabilidade e do desassossego que geram as tensões diárias, as taquicardias, as hipertensões e as cardiopatias.

Por tudo isso, a morte de Serafim representa o protesto de quem produz contra essas adversidades, em especial o setor agroindustrial, que, curioso, espera para saber quem será a próxima vítima ou como vai se comportar o governo doravante.

Com a curiosidade, fica também a perplexidade diante da imposição de regras tão danosas para o setor primário, da inclusão da TR na política do campo e outras barbaridades. Ao Serafim, herói dos nossos tempos, a nossa dor, as nossas lágrimas e o nosso obrigado.

Cuiabá, 18 de agosto de 1994.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DA FABRICAÇÃO DO ALCOOL DO ESTADO DO MATO GROSSO.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, muitos dos senhores estranharão o porquê deste Senador por Mato Grosso ler este manifesto.

Conheci Serafim Adalberto Ticianelli como produtor de soja, como produtor de cana-de-açúcar, como um dos grandes agroindustriais do Mato Grosso. Posteriormente, com grande sucesso na região do médio norte mato-grossense, partiu para outras regiões. Foi para o sul do Maranhão dar uma contribuição ao Nordeste brasileiro, desenvolvendo naquela região a cultura da soja, da produção do arroz, do milho e da cana e também de uma agroindústria.

Tentou negociar com o Banco do Brasil os empréstimos feitos. Não agüentando a pressão daquela instituição, suicidou-se em São Paulo, na semana passada, jogando-se do 13º andar do prédio em que residia. Antes de fazê-lo, deixou uma carta de protesto ao povo brasileiro em nome dos agricultores, tentando mostrar que o seu suicídio fora decorrente da insensatez, da frieza com que os dirigentes do Banco do Brasil e do próprio Governo receberam os seus apelos na tentativa de negociar as suas dívidas. Suicidou-se aos 45 anos de idade. Além da viúva e dos filhos menores, deixou também milhares de empregados no seu reduto de trabalho no Maranhão e em Mato Grosso.

Jovem, engenheiro agrônomo, brilhante profissional, companheiro nosso de lutas pelo desenvolvimento de Mato Grosso, não resistiu e sucumbiu à insensatez e à falta de sensibilidade dos tecnocratas dos gabinetes de ar refrigerado daqui de Brasília. É que a morte de Serafim Ticianelli, que o seu suicídio em protesto contra a maneira abusiva com que são executadas as dívidas dos produtores rurais brasileiros sirva de alerta ao Governo Federal, sirva de alerta ao Banco do Brasil e aos demais bancos deste País, no sentido de terem mais sensibilidade para com o ser humano, para com os homens que trabalham no campo, para com os seus devedores.

Nesta oportunidade, quero registrar nos Anais do Senado Federal este documento lançado pelo Sindicato da Indústria de Fabricação do Alcool do Estado de Mato Grosso, Estado que contribui com cerca de 10 a 12% da safra nacional. Estado que hoje já produz sete milhões e quinhentas mil toneladas de grãos, represen-

tando um potencial já bastante credenciado perante outras nações do mundo.

Mato Grosso está enlutado por esta grande perda, os agricultores, a classe política, e todos nós estamos sentidos pela morte de Serafim Ticianelli. Neste instante, desejo expressar não só a seus familiares, não só aos produtores rurais de Mato Grosso, aos produtores de álcool, mas também aos produtores do Maranhão os nossos sentidos votos de pêsames por essa grande perda do jovem Serafim Adalberto de Ticianelli. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jacques Silva) – Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº658, DE 1994

Nos termos do artigo 13, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, requiro seja considerado como ausências autorizadas os dias 1º, 4, 5, 6, 7, 13, 19, 20 e 22 de julho último, tendo em vista a necessidade de minha permanência no Estado de Rondônia, para reuniões partidárias.

Sala das Sessões, 25 de agosto de 1994. – Senador **Ronaldo Aragão**.

O SR. PRESIDENTE (Jacques Silva) – A votação do requerimento lido fica adiada por falta de **quorum**.

A Presidência, nos termos do art. 174 do Regimento Interno, dispensa na sessão de hoje o período correspondente à Ordem do Dia.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão extraordinária de segunda-feira, às 15h, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

OFÍCIO Nº S/56, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "b", do Regimento Interno)

Ofício nº S/56, de 1994, através do qual o Banco Central do Brasil encaminha a solicitação da Prefeitura do Rio de Janeiro no sentido de que aquele Município possa emitir Letras Financeiras do Tesouro Municipal, cujos recursos serão destinados ao giro de sua dívida mobiliária, vencível no 2º Semestre de 1994. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos)

2

OFÍCIO Nº S/63, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "b", do Regimento Interno)

Ofício nº S.63, de 1994, através do qual o Governo do Estado de Pernambuco solicita autorização para realizar operação de crédito externo junto ao Brazilian American Merchant Bank, no valor de US\$ 50.000.000,00, equivalentes a R\$ 50.000.000,00 em 1º de julho de 1994, cujos recursos serão destinados a projetos previstos no art. 2º da Lei nº 11.096, de 30.06.94. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos)

3

OFÍCIO Nº S/64, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "b", do Regimento Interno)

Ofício nº S/64, de 1994, através do qual o Governo do Estado de São Paulo solicita autorização para alterar o percentual de rolagem de sua dívida mobiliária vencível no 1º semestre de 1994, de 91%, autorizado pela Resolução nº 25/94, do Senado Federal, para 100% da dívida. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos)

4

OFÍCIO Nº S/66, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "b", do Regimento Interno)

Ofício nº S/66, de 1994, através do qual o Governo do Estado de Minas Gerais solicita autorização para alterar o percentual de rolagem de sua dívida mobiliária, vencível no 1º semestre de 1994. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos)

5

REQUERIMENTO Nº 638, DE 1994

Votação, em turno único, do Requerimento nº 638, de 1994, da Senadora Júnia Marise, solicitando, nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 160, de 1992, de sua autoria, que submete a nomeação do Secretário da Receita Federal à prévia aprovação do Senado Federal.

6

REQUERIMENTO Nº 641, DE 1994

Votação, em turno único, do Requerimento nº 641, de 1994, do Senador Lourival Baptista, solicitando, nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 1994 (nº 4.146/93, na Casa de origem), que dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que "dispõe sobre crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências".

7

Apreciação do Edital de Privatização da Empresa Brasileira de Aeronáutica S. A. - Embraer, nos termos da Resolução nº 53, de 1994, do Senado Federal. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos)

I - PROJETO EM FASE DE APRESENTAÇÃO DE EMENDAS PERANTE A COMISSÃO

a) de Assuntos Econômicos:

Projeto de Lei do Senado nº 55, de 1994, de autoria do Senador Júlio Campos, que altera dispositivos da Lei nº 9.004, de 14 de março de 1990, que dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação e dá outras providências.
Terceiro dia: 29.8.94
Último dia: 31.8.94

II - COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1. Destinada a examinar o Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 1994, que institui o Código Civil.

Composição

Presidente: Cid Sabóia de Carvalho
Vice-Presidentes: Wilson Martins
Relator: Josephat Marinho

Titulares

Suplentes

(vago),
Wilson Martins
Cid Sabóia de Carvalho

Alfredo Campos
Amir Lando
Mansueto de Lavor

Josephat Marinho
Guilherme Palmeira

Hydchel Freitas
Carlos Patrocínio

Esperdido Amim
Gerson Camargo

Lucídio Pontella
Mouad Abrão

PSDB

Chagas Rodrigues

PTB

Lery Dely

PDT

Lançaver Naka

PRN

Júnia Marise

2. Destinada a proceder amplo estudo de sistema previdenciário brasileiro.

(Ato nº 16, de 1992, do Presidente)

Composição

Presidente: Cid Sabóia de Carvalho
Vice-Presidentes: Francisco Rollemberg
Relator: Almir Gabriel

PMDB

José Fogaça

PFL

Francisco Rollemberg

PPR

Esperdido Amim

(vago)

PSDB

Almir Gabriel

PTB

Jonas Pinheiro

O SR. PRESIDENTE (Jacques Silva) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h40min.)

ATO Nº 4, DE 1994

(Do Conselho de Supervisão do CEGRAF)

Altera normas para o pagamento de gratificação pelo encargo temporário de professor de curso de treinamento, monitor de curso de treinamento e pela execução de trabalho técnico ou científico a serviço do Cegraf.

O Conselho de Supervisão do Centro Gráfico do Senado Federal, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 63, do Regulamento Administrativo do Senado Federal e o inciso IV do art. 15 do Regulamento Administrativo do Cegraf, e tendo em vista o que determina o art. 11 do Ato nº 65 de 1993, da Comissão Diretora do Senado Federal, resolve:

Art. 1º O pagamento, a servidores do Cegraf, de gratificação pelo encargo temporário de professor ou monitor de curso de treinamento e pela execução de trabalho técnico ou científico a serviço da Coordenação Geral de Treinamento Industrial Profissionalizante – CGTIP, rege-se pelo disposto neste Ato.

Parágrafo único. Para efeitos do disposto neste Ato, entende-se por trabalho técnico ou científico as atividades de consultoria no desenvolvimento de conteúdos programáticos dos cursos a serem oferecidos pela Coordenação Geral de Treinamento Industrial Profissionalizante – CGTIP e na elaboração de provas para concursos.

Art. 2º Os cursos de treinamento oferecidos pela Coordenação Geral de Treinamento Industrial Profissionalizante – CGTIP serão classificados em níveis de complexidade, para efeito de pagamento de gratificações diferenciadas a seus respectivos professores e monitores, da seguinte forma:

- Cursos Nível III;
- Cursos Nível II;
- Cursos Nível I.

Art. 3º São considerados cursos de complexidade Nível III, para os efeitos da aplicação deste Ato, aqueles que exijam para a inscrição pelo menos um dos seguintes requisitos:

a) Curso de Nível Superior completo ou equivalente;
b) Exercício de cargo de Analista de Indústria Gráfica Legislativa, Analista Legislativo ou Analista de Informática Legislativa;

c) Exercício de Função Comissionada, acima do símbolo FC-04.

Art. 4º São considerados cursos de complexidade Nível II, para os efeitos da aplicação deste Ato, aqueles que exijam para a inscrição pelo menos um dos seguintes requisitos:

a) Nível mínimo de escolaridade equivalente ao 2º grau completo;

b) Cargo de Analista ou Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, Analista ou Técnico Legislativo e Analista ou Técnico de Informática Legislativa;

c) Exercício de Função Comissionada, acima do Símbolo FC-02.

Art. 5º São considerados cursos de complexidade Nível I, para os efeitos da aplicação deste Ato, os que não exijam para inscrição, quaisquer dos pré-requisitos definidos nos artigos 3º e 4º.

Art. 6º A gratificação por hora-aula efetivamente trabalhada por servidor pelo encargo temporário de professor de cursos de treinamento, a serviço da Coordenação Geral de Treinamento Industrial Profissionalizante – CGTIP, tomará por base o valor da Função Comissionada, símbolo FC-01, da seguinte forma:

a) Hora-aula Nível III 20%

b) Hora-aula Nível II 15%

c) Hora-aula Nível I 10%

Art. 7º A gratificação por hora efetivamente trabalhada por servidor, pelo encargo temporário de monitor de cursos de treinamento, a serviço da Coordenação Geral de Treinamento Industrial Profissionalizante – CGTIP, tomará por base o valor da Função Comissionada, símbolo FC-01, da seguinte forma:

a) Hora/Curso Nível III 10%

b) Hora/Curso Nível II 8%

c) Hora/Curso Nível I 5%

Art. 8º os valores totais decorrentes da aplicação dos dispostos nos artigos 6º e 7º, serão reduzidos em 50% (cinquenta por cento) quando o curso de treinamento ou trabalhos de monitorização forem realizados no horário de expediente em que o servidor estiver lotado, exceto quando o servidor cumprir jornada de trabalho de 8 às 18 horas.

Parágrafo primeiro. No dia em que o servidor for efetuar tarefa de professor ou monitor, fica proibido a troca de horário na sua área de lotação.

Parágrafo segundo. Além da redução de que trata o caput deste artigo, fica limitado em 40 (quarenta) o número máximo de horas-aula por mês a serem ministradas por um mesmo servidor, independente da prestação de serviços em mais de um curso.

Art. 9º A gratificação pela execução de trabalho técnico ou científico, a serviço da Coordenação Geral de Treinamento Industrial Profissionalizante – CGTIP, somente será devida a servidor para o qual esta atribuição não seja própria do seu cargo ou função e corresponderá a 20% (vinte por cento) da Função Comissionada, símbolo FC-01, por hora efetivamente trabalhada, com limite de 20 (vinte) horas mensais.

Art. 10. Em hipótese alguma a gratificação de que trata este Ato será paga cumulativamente ao pagamento pela prestação de serviço extraordinário, assegurado o direito de opção.

Art. 11. Caberá ao Diretor Executivo do CEGRAF a indicação dos servidores para atuarem temporariamente como professores ou monitores de cursos de treinamento, bem como para a execução de trabalho técnico ou científico a serviço da Coordenação de Treinamento Industrial Profissionalizante – CGTIP.

Art. 12. O pagamento da gratificação será efetuado mediante relatório de serviços prestados por servidores, atestado pela Coordenação Geral de Treinamento Industrial Profissionalizante – CGTIP, de que o encargo foi efetivamente exercido, o qual é o documento hábil para comprovação, para todos os efeitos, junto à Administração do Cegraf.

Art. 13. A inscrição em cursos de treinamento de servidor que não atenda aos pré-requisitos de que tratam os artigos 3º e 4º, só será processada com justificativa do Diretor da área de lotação do servidor.

Parágrafo único. Na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo, será de exclusiva responsabilidade de autoridade que autorizar a inscrição, o não aproveitamento integral do treinamento por parte do servidor.

Art. 14. Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor Executivo do Cegraf, que fica autorizado a baixar normas complementares, se necessário, com objetivo de operacionalizar a aplicação deste Ato.

Art. 15. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Revogam-se as disposições em contrário.

Senador Júlio Campos, Presidente do Conselho de Supervisão do Cegraf.

<p>MESA</p> <p>Presidente Humberto Lucena _ PMDB _ PB</p> <p>1º Vice-Presidente Chagas Rodrigues _ PSDB _ PI</p> <p>2º Vice-Presidente Levy Dias _ PTB _ MS</p> <p>1º Secretário Júlio Campos _ PFL _ MT</p> <p>2º Secretário Nabor Júnior _ PMDB _ AC</p> <p>3º Secretário Júnia Marise _ PRN _ MG</p> <p>4º Secretário Nelson Wedekin _ PDT _ SC</p> <p>Suplentes de Secretário Lavoisier Maia _ PDT _ RN Lucídio Portella _ PDS _ PI Beni Veras _ PSDB _ CE Carlos Patrocínio _ PFL _ TO</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO Líder Pedro Simon</p>	<p>LIDERANÇA DO PMDB Líder Mauro Benevides</p> <p>Vice-Líderes Cid Sabóia de Carvalho Garibaldi Alvea Filho José Fogaça Ronaldo Aragão Mansueto de Lavor</p> <p>LIDERANÇA DO PSDB Líder Mário Covas</p> <p>Vice-Líder Jutahy Magalhães</p> <p>LIDERANÇA DO PFL Líder Marco Maciel</p> <p>Vice-Líderes Odacir Soares</p> <p>LIDERANÇA DO PSB Líder José Paulo Bisol</p> <p>LIDERANÇA DO PTB Líder Jonas Pinheiro</p>	<p>Vice-Líder Valmir Campelo</p> <p>LIDERANÇA DO PDT Líder Magno Bacelar</p> <p>LIDERANÇA DO PRN Líder Ney Maranhão</p> <p>Vice-Líder Áureo Mello</p> <p>LIDERANÇA DO PP Líder Irapuan Costa Júnior</p> <p>LIDERANÇA DO PPR Líder Epitácio Cafeteira</p> <p>Vice-Líderes Affonso Camargo Esperidião Amim Moisés Abrão</p> <p>LIDERANÇA DO PT Líder Eduardo Suplicy</p>
--	--	---

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Iram Saraiva

Vice-Presidente: Magno Bacelar

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Amir Lando	RO-3111/12	César Dias	RR-3064/65
Cid S. de Carvalho	CE-3058/59	Mansueto de Lavor	PE-3183/84
José Fogaça	RS-3077/78	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Iram Saraiva	GO-3134/35	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Marcio Lacerda	MT-3029/30
Antônio Mariz	PB-4345/46	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Pedro Simon	RS-3230/31	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Wilson Martins	MS-3114/15	Alfredo Campos	MG-3237/38
PFL			
Josaphat Marinho	BA-3173/74	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Marco Maciel	PE-3197/98
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Henrique Almeida	SP-3191/92
Odacir Soares	RO-3218/19	Lourival Baptista	SE-3027/28
Elcio Alvares	ES-3131/32	João Rocha	TO-4071/72
PSDB			
Eva Blay	SP-3119/20	Almir Gabriel	PA-3145/46
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Tectônio Vilela Filho	AL-4093/94
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	
PTB			
Luiz Alberto	PR-4059/60	Afonso Camargo	PR-3062/63
Carlos De'Carli	AM-3079/80	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36
PDT			
Magno Bacelar	MA-3073/74	Lavoisier Maia	RN-3239/40
PRN			
Aureo Mello	AM-3091/92	Ney Maranhão	PE-3101/02
PDC			
Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Gerson Camata	ES-3203/04
PDS			
Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24
PP			
Pedro Teixeira	DF-3127/28	João França	RR-3067/68

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes - Ramais 3972 e 3987

Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa
Anexo das Comissões - Ramal 4315

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)

Presidente: Beni Veras

Vice-Presidente: Lourival Baptista

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Amir Lando	RO-3111/12	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Antônio Mariz	PB-4345/46	João Calmon	ES-3154/55
César Dias	RR-3064/65	Onofre Quinan	GO-3148/49
Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/60	Pedro Simon	RS-3230/32
Divaldo Suruagy	AL-3180/85	José Fogaça	RS-3077/78
Juvêncio Dias	MA-3050/4393	Ronan Tito	MG-3038/39
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Nelson Carneiro	RJ-3209/10
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	Iram Saraiva	GO-3133/34

Márcio Lacerda	MT-3029	Vago	
Vago		Vago	
PFL			
Lourival Baptista	SE-3027/28	Dario Pereira	RN-3098/99
João Rocha	TO-4071/72	Alvaro Pacheco	PI-3085/87
Odacir Soares	RO-3218/19	Bello Parga	MA-3069/70
Marco Maciel	PE-3197/99	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Elcio Alvares	ES-3131/32
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Guilherme Palmeira	AL-3245/46
PSDB			
Almir Gabriel	PA-3145/46	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Beni Veras	CE-3242/43	Eva Blay	SP-3117/18
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Tectônio V. Filho	AL-4093/94
PTB			
Maduro Pinto	RO-4062/63	Valmir Campelo	DF-3188/89
Afonso Camargo	PR-3062/63	Luiz Alberto Oliveira	PR-4059/60
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Carlos De'Carli	AM-3079/81
PDT			
Lavoisier Maia	RN-3240/41	Nelson Wedekin	SC-3151/53
PRN			
Saldanha Derzi	MS-4215/16	Ney Maranhão	PE-3101/02
Aureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56
PDC			
Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Moisés Abrão	TO-3136/37
PDS			
Lucídio Portella	PI-3055/57	Jarbas Passarinho	PA-3022/23
PSB / PT			
Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
PP			
Pedro Teixeira	DF-3127/28	Meira Filho	DF-3221/22

Secretário: Luiz Cláudio Vera Lúcia
Telefones: Secretaria: 3515/16/4354/3341
Sala de reuniões: 3652
Reuniões: Quartas-feiras, às 14 horas.
Sala nº 09 - Ala Alexandre Costa

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: João Rocha

Vice-Presidente: Gilberto Miranda

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Ronan Tito	MG-3038/39/40	Mauro Benevides	CE-3194/95
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	José Fogaça	RS-3077/78
Ruy Bacelar	BA-3161/62	Flaviano Melo	AC-3493/94
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Cid S. de Carvalho	CE-3058/59
César Dias	RO-3064/65/66	Juvêncio Dias	PA-3050/4393
Mansueto de Lavor	PE-3182/83/84	Pedro Simon	RS-3230/32
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Gilberto Miranda	AM-3104/05	João Calmon	ES-3154/56
Onofre Quinan	GO-3148/50	Wilson Martins	MS-3114/15
PFL			
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Odacir Soares	RO-3218/19
Raimundo Lira	PB-320/02	Bello Parga	MA-3069/70
Henrique Almeida	AP-3191/92/93	Alvaro Pacheco	PI-3085/87
Dario Pereira	RN-3098/99	Elcio Alvares	ES-3131/32
João Rocha	MA-4071/72	Josaphat Marinho	BA-3173/75

PSDB

Beni Verna	CE-3242/43/44	Almir Gabriel	PA-3149/47
José Richa	PR-3163/64	Direu Carneiro	SC-3179/80
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	

PTB

Affonso Camargo	PR-3062/63	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36
Valmir Campelo	DF-3188/89/4061	Luiz A. Oliveira	PR-4059/60
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Martuce Pinto	RO-4062/63

PDT

Magno Bacelar	MA-3074/75	Lavoisier Maia	RN-3239/40
---------------	------------	----------------	------------

PRN

Albano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-4215/18
Ney Maranhão	PE-3101/02	Aureo Mello	AM-3091/92

PDC

Moisés Abrão	GO-3136/37/3522	Gerson Camata	ES-3203/04
--------------	-----------------	---------------	------------

PDS

Espedito Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24
---------------	------------	-------------------	------------

PP

Meira Filho	DF-3222/05	Irupuan C. Júnior	GO-3089/90
-------------	------------	-------------------	------------

PT/PSB

Eduardo Suplicy	3213/15/16	José Paulo Biasi	3224/25
-----------------	------------	------------------	---------

Secretário: Direu Vieira M. Filho
 Ramais: 311-3515/3516/4354/3341
 Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas
 Local: Sala das Comissões; Ala Senador Alexandre Costa _ Ramal 4344

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL _ CRE

(19 Titulares e 19 Suplentes)
 Presidente: Alfredo Campos
 Vice-Presidente: Hydekel Freitas

Titulares**Suplentes****PMDB**

Ronan Tito	MG-3039/40	Mauro Benevides	CE-3052/53
Alfredo Campos	MG-3237/38	Flaviano Melo	AC-3493/94
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Divaldo Suruagy	AL-3185/86	Mansueto de Lavor	PE-3182/83
João Calmon	ES-3154/55	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Ruy Bacelar	BA-3160/61	Cesar Dias	RR-3064/65

PFL

Guilherme Palmeira	AL-3245/46	Francisco Rollemberg	SE-3032/34
Hydekel Freitas	RS-3064/65	Josephat Macinho	BA-3173/74
Lourival Baptista	SE-3027/28	Raimundo Lira	PB-3200/3201
Alvaro Pacheco	PI-3085/86	Marco Maciel	PE-3197/98

PSDB

Direu Carneiro	SC-3179/80	Jutahy Magalhães	BA-3171/72
José Richa	PR-3163/64	Eva Blay	SP-3119/20

PTB

Luiz A. Oliveira	PR-4058/59	Valmir Campelo	DF-3188/89
Martuce Pinto	RR-4062/63	Jonas Pinheiro	AP-3206/07

PDT

Darcy Ribeiro	RJ-4230/31	Magno Bacelar	MA-3074/75
---------------	------------	---------------	------------

PRN

Albano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-3255/4215
---------------	------------	----------------	--------------

PDC

Gerson Camata	ES-3203/04	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
---------------	------------	--------------------	------------

PP

Irupuan Costa Júnior	3088/3089	Pedro Teixeira	3127/3128
----------------------	-----------	----------------	-----------

PDS

Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Lucídio Portella	PI-3055/56
-------------------	------------	------------------	------------

Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos

Ramais: 3496 e 3497

Reuniões: Quintas-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa _ Anexo das Comissões _ Ramal 3546

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA _ CI

(23 Titulares e 23 Suplentes)
 Presidente: Dario Pereira
 Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

Titulares**Suplentes****PMDB**

Flaviano Melo	AC-3493/94	Amir Lando	RO-3110/11
Mauro Benevides	CE-3194/95	Ruy Bacelar	BA-3161/62
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Ronaldo Aragão	RR-4052/53
Onofre Quinan	GO-3148/49	Ronan Tito	MG-3039/40
Gilberto Miranda	AM-3104/05	Juvêncio Dias	PA-3050/53
Alfredo Campos	MG-3237/38	Antonio Mariz	PB-4345/46
Marcio Lacerda	MT-3029/30	Wilson Martins	MS-4345/46
Vago		Vago	

PFL

Dario Pereira	RN-3098/99	Raimundo Lira	PB-3201/02
Henrique Almeida	AP-3191/92	João Rocha	TO-4071/72
Elio Alvares	ES-3131/32	Carlos Patrocínio	TO-4068/69
Bello Parga	MA-3069/72	Guilherme Palmeira	AL-3245/46
Hydekel Freitas	RJ-3082/83	Vago	

PSDB

Direu Carneiro	SC-3179/80	Beni Verna	CE-3242/43
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	Jutahy Magalhães	BA-3171/72
José Richa	PR-3163/64	Vago	

PTB

Lourenberg N. R.	MT-3035/36	Affonso Camargo	PR-3062/63
Martuce Pinto	RR-4062/63	Vago	

PDT

Lavoisier Maia	RN-3239/40	Magno Bacelar	BA-3074/75
----------------	------------	---------------	------------

PRN

Saldanha Derzi	MT-4215/18	Albano Franco	SE-4055/56
----------------	------------	---------------	------------

PDC

Gerson Camata	ES-3203/04	Moisés Abrão	TO-3136/37
---------------	------------	--------------	------------

PDS

Lucídio Portella	PI-3055/56	Espedito Amin	SC-4206/07
------------------	------------	---------------	------------

PP

João França	RR-3067/68	Meira Filho	DF-3221/22
-------------	------------	-------------	------------

Secretário: Celson Parente _ Ramais 3515 e 3516

Reuniões: Terças-feiras, às 14 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa _ Anexo das Comissões _ Ramal 3286

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO _ CE				PTB			
(27 Titulares e 27 Suplentes) Presidente: Valmir Campelo Vice-Presidente: Juvêncio Dias				Valmir Campelo	DF-3188/89	Luiz A. Oliveira	PR-4058/59
				Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Marluce Pinto	RR-4062/63
				Lourenberg N. R.	MT-3035/36	Carlos De' Carli	AM-3079/80
				PDT			
				Darcy Ribeiro	RJ-4229/30	Magno Bacelar	MA-3074/75
				PRN			
				Aureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56
				Ney Maranhão	PE-3101/02	Saldanha Derzi	MS-4215/18
				PDC			
				Moisés Abrão	TO-3136/37	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
				PDS			
				Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Esperidião Amin	SC-4206/07
				PP			
				Meira Filho	DF-3221/22	João França	RR-3067/68
				PT/PSB			
				Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
				Secretária: Mônica Aguiar Inocente			
				Ramais: 3496/3497			
				Reuniões: Quintas-feiras, às 14 horas			
				Local: Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa _ Ramal 3121			